

**BUENO, María. *El hombre bueno y el buen ciudadano en Aristóteles*. Pamplona: EUNSA, 2017, 522p. ISBN 978-84-313-3212-9.**

A obra trata do pensamento de Aristóteles sobre o homem virtuoso, o bom cidadão e a sua atuação nas cidades. Procura aprofundar o estudo das virtudes em relação com a natureza social do homem, isto é, a vida nas cidades. Isso leva a Autora a considerar os regimes políticos possíveis. O tema de fundo dessas considerações é a relação entre ética e política à luz da filosofia aristotélica.

Bueno relaciona, em primeiro lugar, a virtude humana com a felicidade. A seguir considera o natural instinto de sociabilidade e como ele ocorre na família e na cidade, considerando a amizade e a justiça como necessárias. Disso conclui quem seria o “bom cidadão”. Por fim, insere-o nos vários regimes políticos, justos e injustos (segundo a conformidade ou não com o bem comum).

Considerando as virtudes humanas, o livro aborda a virtude natural para realizar determinadas operações, bem como as virtudes adquiridas que facilitam o cumprimento dos deveres. Aristóteles analisa a vida familiar nos vários regimes políticos, revelando que as crianças precisariam ser educadas conforme o regime político vigente.

Para o Estagirita, a ética busca “fazer o homem bom”, requisito para alcançar

a felicidade. Para isso, concentra-se na virtude, já que o homem virtuoso é bom e, portanto, feliz. Ora, o homem bom é a pessoa cabal, que atingiu a maturidade (*spoudaios*), e o bem está relacionado com a felicidade (*eudamonia*), favorecida, por vezes, pela “sorte”. Em Aristóteles, tanto a ética individual quanto a comunitária têm um fundo finalístico, ou seja, quando o homem e a sociedade atingirem a plenitude serão, por consequência, felizes. Pois bem, isso se alcança pela virtude, que aperfeiçoa o agente e torna perfeita a sua obra.

Conforme assinala a Autora, “a vida boa exige a vida conforme a razão, por ser esta o mais próprio do ser humano” (p. 31). Trata-se de sua função (*ergon*) própria. Assim, Aristóteles sustenta que “a felicidade perfeita é uma atividade contemplativa” (*EN X 8, 1178b7-8*, cit. in p. 37), tão importante para a pólis quanto a virtude prática.

Para que o homem se torne bom são necessários três elementos: a natureza (*physis*), o hábito (*ethos*) e a razão (*logos*). Ora, as virtudes éticas ou morais se baseiam na natureza, ou seja, na disposição natural para agir bem segundo a razão. O homem é, pois, julgado segundo a sua eleição para ser bom e não segundo o seu desejo (*orexis*), segundo a sua obediência à finalidade, apesar dos apetites. Aplicando à

sociedade, o bom cidadão “é aquele que obedece às leis e busca o bem comum com todas as suas potências” (p. 51). Por outro lado, o vício desvia os “olhos da alma” (p. 54), assim como uma pólis com uma má legislação incapacita o cidadão para atuar bem. As ações são importantes para a formação das virtudes (os desejos não bastam). Do ponto de vista da sociedade, isso implica a atenção a ser dada à educação dos jovens e a formar homens verdadeiramente bons (*spoudaios*), e não simplesmente cumpridores da lei (mediócras). Assim, “a vida na pólis é fundamental para a ética” (p. 76).

Segundo a clássica concepção aristotélica, o homem é social por natureza e a cidade é algo natural. Contudo, vale ressaltar que a virtude se desenvolve na sociedade, pois há uma relação direta entre ética e cidade. Antes, a política é a própria continuação da ética. Ademais, a convivência, baseada na amizade, é fundamental para a prática do bem, isto é, da própria virtude. Por isso, “o homem feliz não é um homem solitário: necessita dos demais para essa vida” (p. 85).

A Autora também sublinha a importância da casa, isto é, da família, como o mínimo para manter a sobrevivência do homem e suas necessidades. Aqui é importante a relação entre os cônjuges, mas também entre o senhor e o escravo (cuja instituição é, para Aristóteles,

necessária para permitir que os melhores se dediquem à contemplação). Para ele, a casa é o lugar inicial para a educação individual, local de amizade (*philia*) entre homem e mulher, formado pelo interesse mútuo com vistas à paz doméstica (e indiretamente da sociedade).

A superioridade da cidade sobre a casa é análoga à do todo sobre as partes (a parte não se basta a si mesma, mas depende do todo). Na casa se forma, pois, o homem bom e o bom cidadão em última instância. Para isso, a pólis deve prover que as comunidades intermediárias (neste caso, os círculos domésticos) gozem de bem-estar. No lar, enfim, começa a formação da virtude, mas é na cidade que a desenvolve.

O desenvolvimento das potencialidades humanas dependerá também do regime político da pólis e das próprias condições materiais. Nesse sentido, são abordados os elementos necessários para a constituição da pólis: um lugar, as partes da cidade, a sua autossuficiência (autarquia), os próprios cidadãos e o fim da pólis (viver bem para o bem comum).

A perfeição do indivíduo (*spoudaios*) deve coincidir com o melhor regime, em mútua complementariedade. Nesse sentido são importantes as amizades, “o maior bem das cidades” (*Pol.* II 4, 1262b7-8, in p. 133), mantendo-as unidas e evitando as sedições. Antes, o homem bom tem necessidade de amigos, e a vida

em comum supõe a amizade. Aristóteles defende ainda a propriedade privada, embora considere que certos bens sejam comunitários. A seguir, Bueno divide a temática em vários tópicos: os tipos de amizade, a amizade política (baseada na concórdia), a relação da amizade com a justiça e a amizade na casa, conforme os distintos regimes.

A Autora trata também do conceito de justiça aplicado ao tema e sobre a possibilidade da existência do homem bom fora da pólis. Desta hipótese certamente estão excluídos os “homens brutais”, ou seja, sem virtudes, mais ímpios e selvagens que os próprios animais, por viverem em contradição com a lei. No extremo oposto encontram-se “os homens semelhantes aos deuses”.

Para o Estagirita, o cidadão (*politēs*) é aquele que participa na administração da justiça e no governo (*archēs*), cuja atuação será variável conforme o regime. De fato, “o grego era muito mais consciente de sua influência na pólis” (p. 227). Por outro lado, ele ainda defende, sem utopias, que a cidade boa seria formada por bons cidadãos, não necessariamente virtuosos (o que seria impossível em sua totalidade). Contudo, ao menos alguns devem tender à perfeição, enquanto o geral deve ao menos cumprir as leis, ainda que seja por coação. Como disse o Filósofo: “A maior parte dos homens obedecem mais à necessidade do que à razão, mais aos castigos do que à bondade” (*EN X 9*,

1180a4-5, p. 382-383). Nesse sentido, encontra-se o papel do Estado de formar uma boa legislação. Kant, pelo contrário, sustentava a possibilidade da existência de um governo constituído por um “povo de demônios” (contanto que possuam entendimento, cit. in p. 246), o que para Aristóteles seria uma intrínseca contradição. Antes, para ele há uma relação inerente entre o homem bom e o bom cidadão, uma vez que “é a mesma a virtude do cidadão, do governante e do homem bom” (*Pol. VII 14, 1333a11-16*, in p. 248). Ora, “a prudência é a virtude que define o homem bom – pois, possuindo-a, possuirá as demais virtudes –, e ao mesmo tempo é a virtude própria daquele que manda, ou seja, o governante ou o político” (p. 270).

A seguir, Bueno questiona a possibilidade de o cidadão ser bom em qualquer regime. Desde logo a resposta parece ser afirmativa, considerando que o Estagirita não se pronuncia a favor de nenhuma forma de governo. Na segunda parte, a Autora aborda então o bom cidadão na monarquia, na aristocracia, na democracia e até nos regimes injustos.

Os problemas colocados no regime monárquico são basicamente dois: a real participação do povo no governo (condição para ser cidadão) e a igualdade entre os homens, tão estimada pelos gregos.

Quando Aristóteles se refere ao regime ideal (*Pol. VII-VIII*), não se

discerne sobre qual está descrevendo. Em todo caso, a concepção aristotélica é diversa da platônica (idealística e utópica; cujo governante é necessariamente o rei-filósofo). A noção desta pólis descrita nos referidos livros da *Política* “está intimamente unida à felicidade” (p. 355), como fim *possível* de se alcançar (a própria *eudaimonia*). Assim, o melhor governo é “aquele cuja organização permita a qualquer cidadão prosperar mais e levar uma vida feliz” (*Pol.* VII 2, 1324a23-29, in p. 358). Portanto, entre os regimes “será necessariamente o melhor o que for administrado pelos melhores homens” (*Pol.* III 18, 1288a33-34). Aristóteles aplicará o meio-termo ético (entre dois vícios) à política. Por exemplo: nem excessiva pobreza nem excessiva riqueza, não ambicionar cargos nem recusá-los (p. 381). A Autora conclui: “O bom cidadão será sempre diferente nas diferentes pólis, por mais que seja em todas elas um bom homem” (p. 384).

A seguir Bueno trata do bom cidadão numa aristocracia e numa república. Aqui também o Estagirita defende que o bom cidadão será “o homem moderado, livre e com certa folga econômica, que participe das decisões da pólis com os meios disponíveis” (p. 448).

Por fim, Aristóteles considera o cidadão nos regimes injustos: na democracia, na oligarquia e na tirania. Apenas este é intrinsecamente injusto e contra a natureza, enquanto os demais

são aceitáveis (enquanto permitem a prática da justiça). Num regime iníquo o homem bom não se identifica com o bom cidadão, pois deve rejeitar os males produzidos pela forma de governo.

Conforme as leis existentes nas cidades, há diferentes regimes injustos e a gradação deles depende mais dos governantes do que da legislação. Com efeito, a maioria dos tiranos foram “demagogos que ganharam favor do povo” (p. 483). O homem bom, sendo bom cidadão, obedece às leis da cidade; contudo, se estas forem injustas, deve desobedecê-las. De qualquer forma, nos regimes injustos o homem bom precisa procurar viver as virtudes e evitar os seus erros.

Em conclusão, sendo o homem naturalmente político, não se pode separar o homem bom do bom cidadão e, portanto, os regimes devem ser justos em conformidade com a própria natureza humana. Como arremata a Autora: “A pólis existe para a boa vida do homem, e esta não ocorre sem virtude. A política, tendo como fim o viver bem – e não só subsistência –, apresenta uma união intrínseca com a ética” (p. 502).

A obra de María Bueno, clara e objetiva, traz um novo olhar sobre os fundamentos da ética e da política e sua inter-relação. Ao contrário do que pensam certos analistas, a humanidade não está necessariamente evoluindo sob todos os aspectos, haja vista a

*Resenhas*

quantidade de tiranias vigentes, a multiplicação de cidadãos iníquos e as frequentes mazelas de corrupção governamental a uma distância de

mais de 2,3 mil anos dos escritos do sábio Filósofo de Estagira. Pena que Aristóteles anda tão esquecido...

*Antônio Chaves Sobrinho*  
(Professor – IFAT)